

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Aos 28 dias do mês de março do ano de 1995 sob a Presidência do Dr. Sílvio Caracas de Moura Júnior - Presidente do CAP - contando com a presença do Engº. Luiz Ivan de Vasconcellos, Diretor Técnico representando o Superintendente José Anibal Petrágli e do Diretor de Desenvolvimento Empresarial Lourenço Fregonese e dos Conselheiros relacionados no Livro de Presenças, às 10:00 horas, no Centro Administrativo Taguaré reuniu-se ordinariamente o Conselho de Autoridade Portuária. Dando início aos trabalhos, dispensada sua leitura, foi aprovada a Ata da Reunião anterior, sem ressalvas. Ficou decidido, por solicitação dos Presidentes do SINDOP que as Atas do CAP devem ficar prontas no prazo de 5 dias úteis após cada reunião.

**1. Expediente**

O CAP recebeu, ao longo do mês de março, os expedientes abaixo:

- 1.1 Cópia da Ordem de Serviço nº 055/95 - APPA relativa à modificação nos Coeficientes de Produtividade na Tabela "B" - Atracação.
- 1.2 Ofício nº 005/95 de 10.03.95 do SINDOP solicitando providências do CAP quanto à aplicação do Coeficiente de Produtividade.

Sobre o assunto o Presidente Sílvio Caracas disse que tinha informações de que tem havido questionamento sobre a questão da produtividade mas que todos devem persistir nisso porque é um instrumento nas mãos de todos, até para a APPA e os trabalhadores que devem se estruturar para ser mais produtivos.

Disse ainda que a idéia do conceito do coeficiente de

20.03.95 comunicando que os Sindicatos estão a disposição para negociar a prestação de serviços considerados indispensáveis nos dias da greve, especialmente no que tange as cargas perecíveis.

A propósito o Presidente Izaías entregou ao CAP para ser lida a Ata da Audiência de Conciliação entre o SINDOP na qualidade de suscitante e o Sindicato dos Estivadores e outros 06 como suscitados. Não houve conciliação, mas obedecidos os prazos dados pela autoridade judicial entende o Presidente do Sindicato que isso vai acontecer. Aproveitou para informar que no dia 20.03 p.passado o Dissídio deu entrada a nível nacional, com solução no dia 05.04.95.

- 1.6 Processos protocolados sob nºs. 2.206.354-5 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e nº. 2.206.932-2 da Casa do Pequeno Operário, ambos solicitando isenção das Taxas Portuárias.

Sobre isenções de taxas portuárias existe decisão do CAP de que cabe a APPA decidir ou não se as concede. A princípio é o entendimento que esses pleitos não sejam atendidos, mas isso é competência exclusiva da APPA. Ficou então estabelecido enviar Ofício à APPA devolvendo aqueles processos e dizendo dessa posição do CAP.

- 1.7 Correspondência da Coordenadora da Comissão do Regulamento de Exploração dos Portos, Maria do Socorro M. da Cruz informando que aguarda manifestação do Diretor Lourenço Fregonese a respeito do assunto especialmente do item Arrendamento que deveria ser votado.

A propósito o Diretor de Desenvolvimento Empresarial informou que a Lei nº 8.630/93 exige que os arrendamentos se façam por licitação. Sua Diretoria está fazendo um levantamento total das áreas - cobertas ou não - a serem arrendadas para que se faça um pacote para apreciação do CAP.

A princípio é intenção do Porto arrendar tudo o que for ocioso fazendo uma parceria com a iniciativa pri-

vada ou com os trabalhadores.

- 1.8 Balancete do Fundo de Dragagem do mês de fevereiro. Foi apresentado ao CAP, que o Fundo tem um saldo de R\$ 1.135.311,90 ( Hum milhão, cento e trinta e cinco mil, trezentos e onze reais e noventa centavos ), mas encontra-se sob penhora judicial R\$ 764.993,49 ( Sete centos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos ), ficando em disponibilidade apenas R\$ 370.318,41 ( Trezentos e setenta mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e um centavos ).

A situação não se modificou em relação ao mês anterior. Conquanto o Diretor de Desenvolvimento Empresarial tenha reafirmado que a APPA vai honrar o Fundo de Dragagem a pendência trouxe preocupação aos Srs. Conselheiros que, ao se manifestarem estranharam a sua situação jurídica.

Porque o dinheiro não pertence ao Porto, não é gerido pelo Porto e deve ser administrado pelo CAP.

O CAP está diante de uma situação inusitada. O Fundo de Dragagem foi criado em razão de um determinado momento do porto ter acontecido a redução do calado no Canal de Acesso por falta de dragagem e falta de dinheiro. Quem suportou os ônus foram os empresários, mas essa contrapartida deveria ser também dos trabalhadores que ficaram como co-responsáveis. No entanto, esses trabalhadores ficaram livres para permutar que essa verba fosse penhorada.

O Fundo foi criado para ser usado por toda a comunidade portuária ( Empresários, Autoridades e Trabalhadores ) mostrou-se frágil e muito suscetível nas ações trabalhistas propostas contra o Porto.

Várias soluções foram pensadas pelos Srs. Conselheiros: depositar os valores arrecadados em juízo, criar uma empresa para gerir o Fundo, passar o contrato à ACIAP. De qualquer maneira o inconformismo dos Conselheiros

diante da penhora já consumada e da possibilidade de que outros possam ocorrer, levaram os Membros do CAP, em sua maioria, a cogitar, inclusive, da paralisação do Fundo.

Todavia, depois do diagnóstico ficou decidido que o CAP vai endereçar uma comunicação ao porto onde consta o seguinte:

1. Que o Diretor de Desenvolvimento Empresarial Lourenço Fregonese informou que o Porto vai honrar o valor penhorado.
2. Que a APPA mande verificar qual a verdadeira situação do Fundo e que providências jurídicas a APPA têm tomado para manutenção de sua inteireza; se houve contestação ou embargo aquela penhora com conseqüente desbloqueio da conta e, se o saldo ainda depositado no Banco está sujeito à nova penhora, desde que outros advogados em novas ações trabalhistas indicarem os recursos do Fundo em seus pleitos?

**1.9** Ofício nº 144/95 da APPA comunicando que na ausência do Superintendente José Anibal Petrágli na reunião de 28.03.95 será representado pelo Diretor Técnico, Engº. Luiz Ivan de Vasconcellos.

Indagados pelo Presidente sobre algum comentário adicional o Diretor de Desenvolvimento Empresarial Lourenço Fregonese informou, diante da precariedade do Fundo de Dragagem, que iria, juntamente com o Conselheiro José Luiz Boabaíd até o Tribunal de Contas conversar com o Presidente e ver da possibilidade de se encontrar um caminho legal que o defenda de futuras penhoras.

Ficou o compromisso de na próxima reunião ter uma posição do Tribunal de Contas nesse sentido.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan foi informado que o Governo criou um órgão, cujo Presidente é o Sr. Carlos Richbieter e que vai gerenciar verbas particulares para investimentos específicos em determinadas áreas. Talvez esse órgão, uma espécie de Companhia de Desenvolvimento Regionali-

zado possa receber o dinheiro do Fundo e depois com a orientação do CAP fazer aplicação especificamente.

**Ordem do Dia**

O Presidente Silvío Caracas, dizendo que havia sido decidido na reunião anterior que a Diretoria de Desenvolvimento Empresarial deveria apresentar um plano para safra de grãos deste ano cobrou do Diretor Lourenço Fregonese manifestação a respeito. O assunto foi passado ao Diretor Técnico, Eng<sup>o</sup>. Luiz Ivan de Vasconcellos.

Que iniciou dizendo que a safra vai se desenvolver como a do ano passado e que tendo chegado em janeiro já havia encontrado uma situação em que existe apenas um diagnóstico, nada mais. E que não tem um plano ideal para recuperar equipamentos que toquem a safra. Mas está tomando medidas para viabilizá-la.

E relatou providências para melhoria no Corredor de Exportação ( Silão ) como conserto de um ship-loader e concorrência para melhoria do Silão no valor de dois milhões de reais. No que concerne ao portainer foi feita a troca de componentes, mas ele continua apresentando problemas e o Porto mantém uma equipe até que localiza a causa. E se a causa dos problemas não for encontrada o Porto vai funcionar com ele, do jeito que está, para desafogar a carga de container.

Foi designado uma equipe para viabilizar a operação do guindaste 32/40.

Na continuação o Diretor informou que a APPA está fazendo um convênio com a Prefeitura para aumentar o patio do TECON em 30 mil metros quadrados. Isso vai possibilitar a estocagem do container num só local evitando deslocamento do equipamento.

Sobre os guindastes, dois estão sendo recuperados.

Para o Presidente do Conselho, diante do que foi exposto, as informações são levadas ao CAP de forma esparsa e que ele imaginava ter um documento escrito onde constasse a expectativa da movimentação de grãos e por exemplo os farelos leva

da ao Corredor e as outras levadas aos demais terminais, indicando eventuais dificuldades, etc; e os recursos para atendê-los.

Da mesma forma dar um panorama de um planejamento, as dificuldades com a movimentação de contêineres cuja movimentação em Paranaguá já é expressiva. O Presidente falou ainda do Orçamento de Investimento do ano seguinte, e que não foi apresentado no tempo certo pelo Porto. Entende o Presidente que a comunidade portuária da APPA deve discutir os problemas.

Em seguida o Conselheiro Presidente perguntou se é factível atender essa idéia de um relatório que traga um panorama em que se possa, inclusive verificar a ordem das prioridades da APPA.

O Presidente aproveitou para falar um pouco da visita que fez ao Porto de Rotterdam, onde segundo ele, não existe subsídio a nada. É um Porto gerido pela comunidade local e tem um Conselho de Autoridade e o sistema é de arrendamento de propriedade.

Movimentando cerca de 300 milhões de toneladas, Rotterdam possui 1.000 empregados, e o custo maior é de capital. Corresponde a mais de 60%. Para atender a comunidade, pega dinheiro emprestado. Mas tudo lá é pago. Existem regras específicas de arrendamento. Arrendamentos por exemplo, para 25 anos e empresas com arrendamentos para mais de 100 anos.

Os holandeses são persistentes na busca de produtividade. Por isso no caso dos Portos Brasileiros, havendo maior produção eles terão condições de cobrar mais.

Diante das considerações feitas pelo Diretor de Desenvolvimento Empresarial, Lourenço Fregonese de que o Porto está sem recursos para investimentos e para atender suas necessidades de manutenção e melhoria de equipamentos e que Portos como Santos e Vitória estão se arrumando para concorrer com os demais, na mesma linha o Conselheiro Presidente falou do Porto do Ceará que é um Porto pequeno mas que tem resultados excelentes. É um Porto superavitário que sozinho e em tempo recorde mandou dragar o que precisava. Conseguiu

F1. 09

isso porque tem um procedimento administrativo homogêneo ao longo do tempo. Este ano o lucro do Porto foi de quase 20% do patrimônio líquido e seus empregados vão ter participação.

Acha o Presidente Silvio Caracas que o Porto, daqui, pode conseguir isso também.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, do Bloco dos Trabalhadores na defesa das categorias representadas quis que Loureço Fregonese indicasse as causas daquilo que ele chamou de "queda livre do Porto" e quais as causas pelas quais os outros Portos estão subindo.

E o Diretor respondeu que é a terceirização.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José disse que os trabalhadores de Santos e de Vitória ganham bem mais que os de Paranaguá e que isso não pode ser a causa das dificuldades. Em aparte o Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan disse que ninguém estava acusando os trabalhadores. O que se discutia é que o Porto arrecada 8 milhões para pagar 9 milhões de encargos, ficando com isso impedido de fazer investimentos e que como o Porto não tem dinheiro até o dinheiro do Fundo foi penhorado.

Foi levantado pelo Presidente do Sindicato dos Arrumadores especialmente em razão das alegações da Diretoria Administrativa que considera que a Tabela do Arrumador é maior que a tarifa portuária, que a folha de pagamento da categoria mensal é de cerca de R\$ 555.000,00 ( quinhentos e cinquenta e cinco mil reais ). Ele acha que se o Porto arrecada 6 milhões de reais como afirma o Diretor de Desenvolvimento empresarial, Lourenço Fregonese, deve estar havendo alguma distorção que precisa ser levantado.

Na continuação do debate o Conselheiro Nilson Viana informou que a arrecadação de 6 milhões de reais corresponde a soma de todas as tabelas - 15 - e que uma única tabela remunera os Arrumadores que é Tabela "C" das categorias. E essa tabela arrecada cerca de 3.5 milhões de reais/mês.

Para o Presidente Silvio Caracas essa participação dos Arrumadores na receita é alta. Vilmar da Cruz Silva na quali

F1. 10

dade de Presidente do Sindicato dos Arrumadores lembrou que a categoria possui 1.500 homens e esse contingente está bem dimensionado.

O Presidente fez ainda referências das vantagens da continuidade administrativa e completou dizendo que a comunidade portuária é um pouco passiva.

Todo mundo está atrás de ganhar seu dinheiro e são raros os momentos em que as intenções são para o todo.

Entende o Presidente do CAP, respondendo ao Conselheiro Arivaldo Barbosa José, que defende a sobrevivência do trabalhador, que o Conselho conquanto tivesse conseguido alguns avanços ainda é um ajuntado com interesses conflitantes. Na continuação vamos formar um todo. Na sua opinião é comum jogar muita pressão em cima dos trabalhadores, mas há uma parcela enorme do empresariado que não está nem aí, mas que o Brasil está mudando. Vai precisar mudar. A conjuntura mundial exige.

Por isso o porto precisa se estruturar melhor inclusive sair de seu âmbito e saber dos preços de mercado até para poder discutir com sua clientela suas tarifas, que poderão ser comparadas com as desse mercado.

#### 1. Relatório Gerencial da APPA

Como a APPA não apresentou o relatório gerencial na reunião o Presidente Silvio Caracas encareceu aos Diretores do Porto essa necessidade. De preferência por escrito e que nesse relatório conste o que aconteceu de relevante que mereça ser levado ao conhecimento dos Srs. Conselheiros. E deu exemplos sobre a movimentação de cargas - importação e exportação, o de contêineres, etc. O panorama econômico/financeiro, entre outros.

Acha o Sr. Presidente que no esquema de convivência o CAP quer buscar pontos de encontro com a APPA, inclusive com o Terminal de Antonina.

#### 2. Regulamento de Exploração do Porto

Ficou para apreciação na reunião seguinte tendo em vista que foi posto pela Conselheira Maria do Socorro M.

da Cruz que depende da manifestação da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial para prosseguir seu trabalho.

**3. Início da Operação pelos Operadores Portuários**

O CAP através do Presidente Silvio Caracas solicitou manifestação da APPA a respeito da garantia da atividade para os Operadores Portuários já pré-qualificados e que a APPA ficou de examinar.

Respondendo pela APPA o Eng<sup>o</sup> Luiz Ivan de Vasconcellos informou que foi designada uma Comissão que fez um estudo entregue ao Superintendente.

O assunto ficou para discussão no mês seguinte após a manifestação da APPA.

**4. Negociação Capital/Trabalho**

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José leu para conhecimento dos Conselheiros Ofício da Federação contestando nota de imprensa assinado pelo SINDOP a respeito de reivindicações dos Estivadores.

**5. Encerramento**

O Sr. Presidente pediu excusas pela alteração da data de 24 para o dia 28 da reunião do CAP em virtude de sua presença na reunião de aprovação do balanço da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Marcada a próxima reunião para o dia 28.04.95, às 10:00 horas, na APPA, com a seguinte pauta:

**Expediente**

1. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior
2. Outros assuntos

**Ordem do Dia**

1. Relatório Gerencial da APPA

2. Regulamento de Exploração do Porto
3. Negociação Capital/Trabalho
4. Início da Operação pelos Operadores Portuários
5. A APPA e a nova safra

A presente ata foi lavrada pelo Secretário Executivo do CAP, Ivany Marés da Costa, e após lida e aprovada vai assinada pe lo mesmo, pelo Presidente do CAP e demais Conselheiros que assinaram o Livro de Presenças a saber:

- Silvio Caracas de Moura Júnior
- Ivany Marés da Costa
- Carlos Antonio Tortato
- Nilson Viana
- José Silvio Gori
- Carlos Roberto Frisoli
- José Carlos Possas
- Arivaldo Barbosa José
- Antonio Carlos Bonzato
- Antonio Jairo Matozo
- Carlos Oliveira da Velha Filho
- Wilson Moraes da Silva
- Vilmar da Cruz Silva
- Pedrinho Antônio Furlan
- Júlio Monteiro de Souza
- José Luiz Boabaid
- José Roberto Almeida Correa
- Clóvis de Mello

produtividade deve ser mantido, que o questionamento é absolutamente anacrônico e que o CAP deve estimular em que pese qualquer tipo de pressão que haja.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli manifestou-se dizendo ser um dos que mais incentivou a criação desse instrumento só que inicialmente existiram algumas deficiências e anormalidades que buscou corrigir. Na sua opinião esse é o caminho, mas acha que as distorções devem ser corrigidas e estão sendo.

O Presidente quis saber em seguida o que tem acontecido de prático com a aplicação dos índices e o Conselheiro Nilson Viana informou que há mais gente penalizada do que premiada, mas que desde o início deste mês de março as reclamações deixaram de ser feitas. Citou o segmento de congelados onde a APPA corrigiu o coeficiente.

Um outro segmento que está reclamando é de granel sólido que opera no Corredor de Exportação e o problema tem sido a falta de carga mas isso não é problema do Porto.

Para o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli quem está sendo penalizado nesse caso é o armador.

Informou que existem dois critérios: um quando a operação é por conta do armador e outro quando é por conta do exportador. Nos navios liner's a culpa será do armador em caso de atraso nos embarques, mas nos graneleiros não nesse caso ele está sendo penalizado por uma coisa que le não tem culpa.

Para o Presidente Silvio Caracas, pode ser que até num primeiro momento essa penalização exista, mas isso vai fazer com que seu armador tome providências para evitar a distorção.

O Conselheiro José Roberto Almeida Correa em parte disse que a quantidade de chuva e o conseqüente atraso nas colheitas e mais as deficiências na Rede ( que mantiveram sobre rodas cerca de 60 mil toneladas de farelos ) contribuíram para o atraso das cargas. A Rede esteve com 50% de

seu maquinário parado. Com isso quem acaba levando o impacto maior é o terminal, mas o grande problema é do exportador.

O Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá Sr. Izaías Vicente da Silva manifestou-se para sugerir a atracação de um navio ao lado de outro como já aconteceu no Porto em ocasiões passadas.

Para o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli parte do ofício nº 005/95 do SINDOP foi atendido pela APPA através da Ordem de Serviço nº 055/95.

- 1.3 Ofício-Circular nº 011/95 do Sindicato dos Esticadores de Paranaguá, anexando cópia de seu ofício nº 043/95, dirigido ao Sr. José Silvio Gori, Presidente do SINDOP. Este Ofício não mereceu comentários por parte dos Srs. Conselheiros.

- 1.4 Correspondência do OGMO/Pr reiterando ao CAP solicitação da indicação por parte dos trabalhadores de seu representante para assinar requerimentos de Indenização do Trabalhador Portuário.

A respeito do assunto o Presidente Silvio Caracas fez apelo aos trabalhadores para que façam essa indicação ao OGMO.

O Sr. Izaías Vicente da Silva, do Sindicato dos Estivadores afirmou que sua categoria está fazendo um trabalho junto ao Ministério em Brasília porque a Lei não diz que o trabalhador tem que assinar os Requerimentos de Indenização. E se o OGMO quer pagar o trabalhador que pague, sem jogar trabalhador contra trabalhador. Porque a luta vai continuar. É meta dos trabalhadores transformar essa "indenização" numa espécie de participação nos lucros, ou complementação do aposentado.

Afirmou finalmente que o objetivo maior é o Contrato Coletivo de Trabalho a nível nacional.

- 1.5 Ofício-Circular nº 014/95 da Inter-Sindical, comunicando sua adesão à greve de 48 horas nos dias 22 e 23 de março, a partir das 07:00 horas, e Ofício nº 081/95 de